



**RELATÓRIO ANUAL DE
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
E ECONÔMICO-FINANCEIRO 2025**

ÍNDICE

Carta da Administração	3	Compromissos de política	17
Perfil da Companhia	4	Responsabilidade com Partes Interessadas	21
História, missão, princípios e valores que norteiam as decisões	5	Projetos de Pesquisa & Desenvolvimento	32
Detalhes da organização	9		
Estrutura de governança e sua composição	11		

CARTA DA ADMINISTRAÇÃO

Desde 2014, a Emae publica anualmente seu Relatório de Sustentabilidade, seguindo as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI). Esta edição, referente ao ano de 2025, chega em um momento especialmente significativo, marcado por uma transição estrutural na Companhia, com a aquisição do controle acionário pela Sabesp, em janeiro de 2026, seguida da reorganização da governança e da Administração a partir de fevereiro.

Mesmo diante desse cenário de transformação, nossa equipe manteve-se dedicada e concentrada no que mais importa: a geração de energia com inovação e eficiência. Em 2025, a Emae venceu o Leilão de Energia Nova A-5 com o projeto da PCH Edgard de Souza, abrindo novas frentes de crescimento. Realizou, ainda, 28 operações de controle de cheias, com o bombeamento de 133,7 milhões de metros cúbicos de água, contribuindo diretamente para a proteção da Região

Metropolitana de São Paulo. No âmbito socioambiental, a Companhia recebeu, pelo quarto ano consecutivo, o Selo Ouro do GHG Protocol e avançou no Projeto 100 Anos Billings, com o plantio de espécies nativas no corredor ecológico entre o Rio Pinheiros e o Reservatório Billings.

Esses avanços, porém, não nos impediram de olhar com rigor para o que precisava melhorar. Desde sua posse, a nova Administração tem priorizado a compreensão aprofundada da situação patrimonial, contábil e operacional da Companhia. Nesse processo, tornou-se evidente que aspectos relevantes da governança corporativa anterior não foram conduzidos com o nível de rigor e transparência esperados para uma empresa da relevância da Emae. Esse reconhecimento não é confortável, mas é necessário e reflete o compromisso assumido pela nova Administração desde o primeiro dia.

A reconstrução da confiança institucional é um processo contínuo. Estamos trabalhando para fortalecer os mecanismos de controle interno, elevar os padrões de transparência e consolidar uma cultura de integridade alinhada às entregas que nos propomos a realizar. A Emae detém ativos estratégicos para São Paulo e para o Brasil, e esse papel exige excelência não apenas operacional, mas também institucional.

Agradecemos aos nossos colaboradores, cuja dedicação é essencial para esta nova fase da Companhia.

Rafael Strauch

Diretor-presidente da Emae

PERFIL DA COMPANHIA

Desde sua constituição, em 1998, a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – Emae atua como concessionária federal de geração de energia elétrica, com operações integradas à gestão de recursos hídricos no estado de São Paulo. Companhia de capital aberto, a Emae passou a ser gerida pela Sabesp, iniciando uma nova etapa voltada à ampliação de reforços mútuos entre energia e saneamento.

A Companhia opera um sistema hidráulico e energético de caráter estratégico, formado por reservatórios, barragens, canais, usinas e estruturas correlatas, com presença relevante na Região Metropolitana de São Paulo, na Baixada Santista e no Médio Tietê. Tal sistema confere suporte ao aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos, notadamente para geração de energia elétrica, regulação hidráulica e apoio ao controle de cheias, em especial nos rios Pinheiros e Tietê, assumindo um

papel importante na segurança hídrica e energética do território em que atua.

Seu parque gerador é composto por quatro empreendimentos hidrelétricos, sendo três operados sob o regime de cotas e uma pequena central hidrelétrica, por meio de sua subsidiária integral, a Pirapora Energia S.A., além da participação da Usina Fotovoltaica Flutuante (UFF Araucária), instalada no Reservatório Billings e referência no setor.

Com foco em eficiência operacional, segurança das estruturas e uso sustentável dos recursos naturais, a Emae avança na diversificação de sua matriz, com iniciativas em fontes renováveis. Nesse contexto, a integração com a Sabesp reforça seu papel na promoção da segurança hídrica e energética, ampliando a capacidade de investimento, inovação e geração de valor de longo prazo para a sociedade.

HISTÓRIA, MISSÃO, PRINCÍPIOS E VALORES QUE NORTEIAM AS DECISÕES

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – Emae tem suas origens em 1899 com a fundação da The São Paulo Railway, Light and Power Company Limited, em Toronto, Canadá, e com o Decreto nº 3.349, assinado pelo Presidente da República Campos Salles, que autorizou a empresa a funcionar no Brasil.

Em 1901, entrava em operação a primeira hidrelétrica da Light no país e a maior brasileira até então, a Usina de Parnaíba, com 2 MW de capacidade. Em 1912, para manter o suprimento de energia, sua capacidade foi ampliada para 16 MW. Nesse mesmo ano, começava a funcionar uma usina termelétrica a vapor na rua Paula Souza, em São Paulo.

Em razão do grande consumo de água exigido pelas turbinas da Usina de Parnaíba, a Light precisava regularizar a vazão do rio Tietê. A solução encontrada

foi a implantação de uma represa num dos afluentes do rio Pinheiros, o rio Guarapiranga, então conhecido como Embu-Guaçu. Assim foi construído o reservatório Guarapiranga, entrando em operação em 1908. Entre os anos de 1924 e 1925, uma forte estiagem reduziu a capacidade de vazão dos rios. São Paulo era palco de um rápido crescimento industrial e, conseqüentemente, da demanda de eletricidade. A situação vivida em 1924 provocou a redução de aproximadamente 30% do fornecimento de energia elétrica. Ainda nesse ano foram instaladas mais duas unidades na Usina Paula Souza, elevando sua capacidade. Foi também construída, em prazo recorde (sete meses), a Usina Hidrelétrica de Rasgão, entre Pirapora e Cabreúva, que iniciou o funcionamento em 1925.

Desde 1923, o engenheiro Asa White Kenney Billings estudava a implantação do “Projeto Serra”, que visava gerar energia elétrica aproveitando o desnível da Serra do Mar. Assim, em 1926, entrava em operação a primeira unidade geradora da Usina de Cubatão, hoje chamada de Henry Borden. Em 1927 foi adquirida, ainda em fase de construção, a Usina de Porto Góes, inaugurada em 1928, com capacidade de 11 MW.

A partir da década de 1930, para o aumento da capacidade de geração da Usina Henry Borden, foram realizadas as obras de retificação e reversão do rio Pinheiros, a formação do reservatório Billings, a construção das usinas elevatórias de Pedreira e de Traição e da barragem reguladora Billings-Pedras. Foi construída no rio Tietê a barragem de Pirapora, formando o reservatório de mesmo nome. Na confluência dos rios Pinheiros e Tietê foi construída a Estrutura de Retiro, com a finalidade de separar as águas dos rios em caso de cheias. O reservatório Guarapiranga deixou de ter a função de regular a vazão do rio Tietê e passou a ser usado para o abastecimento de água e o controle de cheias da própria bacia. Todos esses avanços propiciaram a ampliação da capacidade da Usina Henry Borden que, com a entrada em operação da seção subterrânea em 1956, atingiu 889 MW de capacidade instalada.

Em 1954 foi inaugurada a Usina Termelétrica Piratininga, integrando o parque gerador, até então quase que exclusivamente hidráulico, de uma importante fonte energética complementar de alta garantia. Em 1960, com a inauguração de mais duas unidades geradoras, a Usina Termelétrica Piratininga alcançou 472 MW de capacidade instalada.

Em 1956, a Companhia se reestruturou tendo por base a Brascan Limited e foi nacionalizada com a publicação do Decreto Federal nº 40.440, de 28/11/1956. Em 1979, o governo brasileiro, por meio da Eletrobras, adquiriu da Brascan o controle acionário da então Light – Serviços de Eletricidade S.A.

Em 1981, o Governo do Estado de São Paulo adquiriu parte do sistema da Light, constituindo a Eletricidade de São Paulo S.A. – Eletropaulo, autorizada pelo Decreto Federal nº 85.839 de 24/3/1981 a funcionar como concessionária de serviços públicos de energia elétrica, com a finalidade básica de assumir a operação dos sistemas de geração, transmissão e distribuição nos municípios de concessão da Light no estado de São Paulo.

Em 5 de julho de 1996 foi promulgada a Lei Estadual nº 9.361, que criou o Programa Estadual de Desestatização (PED), dispondo sobre a Reestruturação Societária e Patrimonial do Setor Energético Paulista. Nos termos da referida lei foi aprovada a cisão parcial da Eletropaulo, efetivada mediante a transferência de parcelas do seu patrimônio para quatro novas sociedades

constituídas para esse fim, dentre as quais a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – Emae.

Com a cisão, a Emae assumiu as operações de geração de energia elétrica anteriormente conduzidas pela Eletropaulo, com a Resolução nº 72 de 25/3/1998 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), transferindo os direitos de exploração de Serviços Públicos de Energia Elétrica. A Companhia é responsável pelo planejamento, construção, operação e manutenção de sistemas de produção, bem como pela comercialização de energia elétrica, sendo suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Emae é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo.

Em outubro de 2024, ocorreu a transferência do controle acionário da Emae, anteriormente detido pelo estado de São Paulo e pela Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô, para a Phoenix Água e Energia S.A., como resultado de leilão público realizado em abril de 2024 e homologado em maio do mesmo ano. A operação foi formalizada por meio da celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações do Capital e Outras Avenças, firmado em outubro de 2024, nos termos

do Edital SPI nº 01/2024, da Secretaria de Parcerias e Investimentos. Com a conclusão dessa operação, a Phoenix passou a deter o controle da Companhia.

Posteriormente, em 2026, houve nova alteração do controle da Companhia em decorrência da execução, pelo agente fiduciário, de garantia constituída pela Phoenix sobre ações ordinárias de emissão da Emae, tendo o referido agente fiduciário alienado o bloco de controle à Sabesp.

Em 22 de janeiro de 2026, a Companhia divulgou Fato Relevante informando o fechamento da operação pela qual a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo S.A. – Sabesp adquiriu 11.009.550 (onze milhões nove mil quinhentas e cinquenta) ações ordinárias de emissão da Emae, correspondentes a aproximadamente 74,9% do capital votante e 29,79% do capital social total.

A **Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.** – **Emae** orienta sua atuação por diretrizes institucionais que refletem seu compromisso com a sustentabilidade, a responsabilidade socioambiental e a geração de valor no longo prazo.

Sua missão consiste em gerir recursos energéticos e sistemas hídricos, promovendo o desenvolvimento sustentável. Tal direcionamento evidencia a integração entre as atividades operacionais e a responsabilidade

na utilização dos recursos naturais, especialmente no contexto da geração de energia e gestão hídrica.

A visão da Companhia está voltada ao reconhecimento por seus públicos de interesse, com ênfase na rentabilização de seu patrimônio, no crescimento da capacidade de produção de energia elétrica e na responsabilidade socioambiental. Esse posicionamento reforça o alinhamento entre desempenho econômico, expansão operacional e compromisso com impactos positivos.

Os valores institucionais, foco em resultados, comprometimento, qualidade, ética e transparência, empreendedorismo e respeito às pessoas e ao meio ambiente, orientam a conduta dos administradores e colaboradores, servindo como base para a tomada de decisão e para o relacionamento com as partes interessadas.

Adicionalmente, tais diretrizes são complementadas pelos princípios estabelecidos no Código de Conduta, que incluem legalidade, integridade, equidade, transparência, prevenção de conflitos de interesses, responsabilidade, segurança e sustentabilidade, consolidando um arcabouço que orienta a atuação da Companhia de forma ética, responsável e alinhada às melhores práticas de governança.

A Emae estrutura seus controles internos como parte integrante do sistema de governança corporativa, com o objetivo de assegurar a confiabilidade das informações, a conformidade com leis e regulamentos, a eficiência operacional e a adequada gestão de riscos.

Os controles internos estão incorporados aos processos da Companhia e são estabelecidos por meio de políticas, normas e procedimentos que disciplinam as



MISSÃO

Gerir recursos energéticos e sistemas hídricos, promovendo o desenvolvimento sustentável.



VISÃO

Ser uma Companhia reconhecida, por seus públicos de interesse, pela rentabilização de seu patrimônio, crescimento da capacidade de produção de energia elétrica e responsabilidade socioambiental.



VALORES

Foco em resultados, comprometimento, qualidade, ética e transparência, empreendedorismo e respeito às pessoas e ao meio ambiente.

atividades operacionais, administrativas, financeiras e regulatórias. Esses controles abrangem mecanismos preventivos, detectivos e corretivos, incluindo segregação de funções, níveis de alçada para tomada de decisão, validações e aprovações formais, além de registros e rastreabilidade das operações.

A atuação é conduzida de forma estruturada pelas áreas de Governança, Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno, que exercem papel de segunda linha de defesa, promovendo a avaliação dos processos, a identificação de fragilidades de controle, a proposição de melhorias e o monitoramento de planos de ação. Esse modelo é especialmente relevante considerando que a Companhia não possui estrutura formal de auditoria interna, sendo reforçada a importância do controle interno como mecanismo de mitigação de riscos.

Os controles também estão alinhados aos principais riscos identificados na Matriz de Riscos Corporativos, garantindo que os riscos relevantes possuam medidas de mitigação adequadas e continuamente monitoradas.

Adicionalmente, os resultados das avaliações de controles e a evolução dos planos de ação são reportados

aos órgãos de governança, especialmente ao Conselho de Administração e aos comitês de assessoramento, assegurando transparência, supervisão e suporte à tomada de decisão.

Esse arranjo contribui para a integridade dos processos, a proteção dos ativos da Companhia e o fortalecimento da governança, promovendo maior segurança e confiabilidade na condução dos negócios.

Além disso, a Emae adota diversas ações mitigatórias operacionais, como:

- treinamentos técnicos e de segurança
- manutenção preventiva e monitoramento das usinas
- controles de acesso, vigilância e uso de tecnologia
- acompanhamento regulatório e comunicação com órgãos como a Aneel
- planos de investimento e controle orçamentário contínuo

A gestão também inclui processos de monitoramento e resposta a desvios, com a realização de reuniões entre áreas estratégicas sempre que há impactos relevantes, garantindo a definição de ações corretivas e mitigatórias.

Por fim, destaca-se que a Companhia fomenta a cultura de governança, gestão de riscos e conformidade (GRC) por meio de treinamentos, ações de comunicação interna e iniciativas periódicas de conscientização, contribuindo para o engajamento dos colaboradores, o fortalecimento do ambiente de controles internos e a melhoria contínua dos processos corporativos.

DETALHES DA ORGANIZAÇÃO

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., conhecida como Emae, é uma organização com fins lucrativos, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital aberto. Sua sede está localizada na Zona Sul da capital do estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1830, 2º andar, Vila Nova Conceição, e suas operações estão restritas ao Brasil. Para fins de referência no Relatório Anual de Sustentabilidade, a Empresa poderá ser mencionada como “Emae” ou “Companhia”, e a Pirapora Energia S.A. poderá ser mencionada como “Pesa” ou “Controlada”.

A Companhia possui as seguintes entidades sob controle ou com participação: a Pirapora Energia S.A., classificada como subsidiária, presente tanto no relato financeiro (demonstrações financeiras) quanto no relato de sustentabilidade; a Edgard de Souza Energia S.A., também subsidiária, não presente no relato financeiro

nem no relato de sustentabilidade; e a Universo Fotovoltaico Flutuante SPE S.A., na qual detém participação acionária minoritária, presente tanto no relato financeiro quanto no relato de sustentabilidade.

A Companhia atua no setor de geração de energia elétrica, com cadeia de valor associada à operação, manutenção e gestão de infraestrutura energética e hídrica. Sua atuação compreende a geração de energia elétrica a partir de fonte renovável, bem como a operação de sistemas hidráulicos, reservatórios, canais, usinas hidrelétricas, elevatórias e demais estruturas associadas, voltadas ao aproveitamento racional e múltiplo dos recursos hídricos. Nesse contexto, a Emae contribui para a segurança operacional do sistema, para o controle hídrico e para a resiliência hídrica, buscando conciliar eficiência operacional, responsabilidade socioambiental e desenvolvimento sustentável.

Ao conciliar a geração de energia com funções associadas à regulação hidráulica e ao controle de enchentes, a Emae evidencia a relevância de sua atuação para a gestão integrada dos recursos hídricos, contribuindo para a mitigação de impactos ambientais e para o suporte a usos múltiplos da água, em alinhamento com os princípios da sustentabilidade.

O portfólio de ativos inclui quatro aproveitamentos hidrelétricos: Usina Henry Borden, localizada em Cubatão (SP); Usina Rasgão e Pequena Central Hidrelétrica Pirapora, ambas em Pirapora do Bom Jesus (SP), sendo esta última operada pela Pirapora Energia S.A., uma Sociedade de Propósito Específico controlada integralmente pela Emae; e Usina Porto Góes, em Salto (SP), além da Usina Termelétrica Piratininga, localizada em São Paulo (SP), e participação na Usina Fotovoltaica Flutuante Araucária, implantada em 2024 no Reservatório Billings.

Em 2025, a Emae deu um passo decisivo para a viabilização da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Edgard de Souza, em Santana de Parnaíba (SP), por meio da obtenção da Licença Ambiental Prévia Nº 3010/2025, que permitiu a participação da Companhia no Leilão de

Energia Nova A-5. Realizado em 22/08/2025 e voltado exclusivamente à contratação de novas hidrelétricas com potência de até 50MW, o leilão tinha como objetivo ampliar a oferta de energia no Sistema Interligado Nacional (SIN). A PCH Edgard de Souza contará com uma potência instalada de 18 MW e será operada pela Emae, que terá a autorização do projeto por 35 anos.

O principal mercado da Companhia é composto por distribuidoras de energia elétrica conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN), que repassam a energia gerada aos consumidores finais. A Emae possui 8.025 fornecedores homologados, e o valor monetário estimado de pagamentos efetuados a fornecedores é de R\$ 379.267,00, conforme Demonstrações do Valor Adicionado de 2025, considerando as linhas de uso da rede elétrica, serviços de terceiros e materiais. As entidades *downstream* da organização são clientes de serviços. Os parceiros de negócios relevantes para as operações e atividades incluem colaboradores, fornecedores, comunidades, órgãos reguladores, acionistas, sindicatos, clientes, governos e atores sociais, sendo o relacionamento fortalecido por meio de uma abordagem estratégica.

INFORMAÇÕES SOBRE O RELATÓRIO

O período relatado é de 1º/1/2025 a 31/12/2025, com publicação anual. O relatório de sustentabilidade/ESG é publicado com a mesma periodicidade do relato financeiro da Companhia. Para obter informações sobre a estratégia e os aspectos ESG da Emae, o contato deve ser realizado pelo e-mail comunicacao@emae.com.br.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E SUA COMPOSIÇÃO

A estrutura de governança da Emae é composta pela Assembleia Geral de Acionistas, pelo Conselho de Administração, pelos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal, pelo Comitê de Auditoria, pela Auditoria Independente e pelas áreas responsáveis por governança, conformidade, gestão de riscos, controles internos e LGPD. Também integram a estrutura de governança da Companhia, conforme suas respectivas competências, regimentos e atos de constituição, o Comitê de Ética e o Comitê de Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa, além dos demais comitês de apoio à Diretoria Executiva, instituídos para suporte técnico, consultivo ou deliberativo à gestão.

A supervisão, o acompanhamento e a avaliação dos temas relacionados aos impactos da Companhia na economia, no meio ambiente e nas pessoas são realizados

no âmbito da estrutura de governança da Emae, observadas as competências dos órgãos estatutários e das instâncias colegiadas de assessoramento. Nesse contexto, o Comitê de Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa atua como instância de apoio, análise e recomendação em temas relacionados à sustentabilidade corporativa, responsabilidade social, impactos socioambientais, relacionamento com partes interessadas e iniciativas voltadas ao meio ambiente e às pessoas, contribuindo para subsidiar a atuação da Administração e dos órgãos competentes da Companhia; pelo Comitê de Ética, responsável por ética, integridade, conduta corporativa, prevenção de desvios e apuração de temas relacionados ao comportamento organizacional e seus reflexos sobre pessoas e reputação; pelo Comitê de Riscos, responsável pela identificação, avaliação, priorização e monitoramento de riscos corporativos com impactos econômicos, ambientais e

sociais; pelo Comitê de Privacidade, responsável por privacidade e proteção de dados pessoais, tratamento de informações pessoais, conformidade com a legislação aplicável e mitigação de riscos relacionados aos direitos dos titulares e à segurança das informações pessoais; pelo Comitê de Finanças e Investimentos, responsável por temas econômico-financeiros, investimentos, alocação de recursos, análise de viabilidade e impactos financeiros das decisões corporativas; e pelo Comitê de Crise de Segurança de Barragem, responsável pela resposta a situações críticas relacionadas à segurança de barragens e mitigação de impactos sobre pessoas, meio ambiente, operação e continuidade das atividades.

O Conselho de Administração é o órgão de governança responsável pela orientação geral dos negócios, pela supervisão estratégica da Companhia e pelo acompanhamento da atuação da Diretoria, observadas as competências previstas na legislação societária, no Estatuto Social e nos demais instrumentos de governança da Emae.

O Conselho de Administração da Emae é composto por Carlos Augusto Leoni Piani, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração; por Daniel Alves Ferreira, Fábio de Barros Pinheiro, Marcelo Souza

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Augusto Leoni Piani	Presidente
Esther Maria Vicentina Ferreira Assunção de Moraes	Membro
Tinn Freire Amado	Membro
Fábio Aurélio Aguilera Mendes	Membro
Tania Sztamfater Chocolat	Membro
Fábio de Barros Pinheiro	Membro Independente
Marcelo Souza Monteiro	Membro Independente
Daniel Alves Ferreira	Membro Independente
José Luiz Fernandes	Representante dos empregados
André Xavier deLima	Membro independente por eleição em separado

Monteiro e André Xavier de Lima, na qualidade de membros independentes, sendo este último eleito pelos detentores de ações preferenciais; por José Luiz Fernandes, Conselheiro de Administração representante dos empregados; e pelos demais membros: Esther Maria Vicentina Ferreira Assunção de Moraes, Fábio Aurélio Aguilera Mendes, Tania Sztamfater Chocolat e Tinn Freire Amado.

Os membros do Conselho de Administração não exercem função executiva na Companhia, uma vez que as funções executivas são atribuídas à Diretoria, responsável pela gestão e condução das atividades da Emae, composta por diretores estatutários eleitos na forma do Estatuto Social. O mandato dos membros do Conselho de Administração é unificado e de dois anos, sendo permitida a reeleição.

No que se refere ao exercício de funções executivas ou gerenciais, registra-se que Carlos Augusto Leoni Piani, Presidente do Conselho de Administração da Emae, exerce também o cargo de Diretor-Presidente da Sabesp, enquanto José Luiz Fernandes, Conselheiro de Administração representante dos empregados, atua também como Gerente de Conformidade da Emae.

Os demais membros do Conselho de Administração não exercem função executiva ou gerencial na Companhia, ressalvadas eventuais atuações em outras companhias ou estruturas empresariais. Quanto ao gênero, há predominância masculina, com presença feminina entre os membros. Um dos membros pertence a grupo social sub-representado, sendo pessoa negra (preta ou parda). Todos possuem experiência em governança corporativa e atuação em instâncias de decisão estratégica, com capacidade de supervisionar os impactos das atividades da Companhia na economia, no meio ambiente e na sociedade, além de conhecimento em gestão de riscos, conformidade regulatória e avaliação de impactos socioambientais, com atuação orientada à tomada de decisão colegiada, ao acompanhamento da Diretoria Executiva e à promoção da sustentabilidade, da perenidade e da geração de valor de longo prazo.

Parte dos membros representa *stakeholders*, incluindo Sabesp como acionista controlador, colaboradores e acionistas preferencialistas.

Os Comitês de Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa, de Ética, de Riscos, de Privacidade e de Crise de Segurança de Barragens foram instituídos

pela Presidência da Companhia, não integrando, diretamente, a estrutura de assessoramento ao Conselho de Administração. Nos termos do Estatuto Social da Emae, a independência dos membros do Conselho de Administração é caracterizada de acordo com os critérios estabelecidos na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), cabendo à Assembleia Geral deliberar sobre essa condição com base em declaração do próprio candidato ou em manifestação do Conselho de Administração. O Estatuto Social estabelece, ainda, que, no mínimo, 20% dos membros do Conselho de Administração devem ser independentes, assegurando a presença de conselheiros com autonomia de julgamento no processo decisório. Adicionalmente, são considerados independentes os conselheiros eleitos por meio de votação em separado, incluindo o representante dos empregados.

A responsabilidade pela gestão dos impactos da Companhia é formalmente atribuída à Diretoria Executiva, que atua sob a orientação geral e supervisão do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva é responsável pela condução das operações, pela implementação das políticas corporativas e pela adoção das medidas necessárias ao gerenciamento

dos riscos e impactos associados às atividades da Companhia na economia, no meio ambiente e nas pessoas. Sua atuação ocorre em alinhamento às diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, que exerce função de supervisão e acompanhamento, assegurando aderência à estratégia, às políticas corporativas e às exigências legais e regulatórias aplicáveis, refletindo a segregação de funções entre instâncias deliberativas e executivas.

As responsabilidades na gestão dos impactos incluem desenvolver iniciativas sustentáveis, promover inovação e pesquisa, desenvolver e implementar estratégias de sustentabilidade, avaliar e monitorar o desempenho sustentável, garantir *compliance* com regulamentações e normas, integrar a sustentabilidade em processos e operações, promover o engajamento de partes interessadas, publicar relatórios de sustentabilidade, educar e conscientizar e realizar avaliação de riscos e oportunidades.

As informações sobre a gestão dos impactos são reportadas aos órgãos de governança por meio de fluxos formais e institucionalizados, no âmbito do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento,

sendo apresentadas pela Diretoria Executiva e pelas áreas técnicas por meio de relatórios gerenciais, apresentações executivas e pareceres técnicos que contemplam riscos, conformidade, desempenho operacional e impactos socioambientais. Matérias relevantes podem ser previamente analisadas pelos comitês de assessoramento, que exercem função de apoio técnico e aprofundamento das discussões. A gestão de impactos também é reportada por meio da Matriz de Riscos Corporativos, permitindo o acompanhamento de fatores de riscos críticos, como climáticos e regulatórios, e temas materiais são frequentemente tratados nas reuniões ordinárias do Conselho, orientando as ações da Diretoria Executiva.

O reporte ocorre de forma periódica e sob demanda, conforme o calendário de reuniões do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento, podendo também ocorrer a qualquer tempo, por iniciativa da Diretoria Executiva, conforme a relevância, materialidade ou urgência dos temas.

A Emae possui estrutura de governança com segregação entre funções estratégicas, de supervisão, assessoramento e execução. A gestão dos impactos

da Companhia na economia, no meio ambiente e nas pessoas é atribuída à Diretoria Executiva, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, as competências das diretorias estatutárias e as atribuições das áreas técnicas e instâncias internas competentes.

No âmbito dessa estrutura, as responsabilidades relacionadas à gestão dos impactos compreendem a condução das operações, a implementação das políticas corporativas, o acompanhamento de temas de sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente, bem como a identificação, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos e oportunidades associados às atividades da Companhia. Essas atividades são desenvolvidas de forma integrada aos processos operacionais, regulatórios, corporativos e de gestão de riscos da Emae, conforme as responsabilidades de cada área e os fluxos internos aplicáveis.

O reporte das informações ocorre por meio de fluxos internos de comunicação, relatórios gerenciais, pareceres técnicos, apresentações executivas, reuniões de acompanhamento e demais instrumentos utilizados para subsidiar a Administração e os órgãos de

governança. Os comitês e demais instâncias de assessoramento podem apoiar o aprofundamento técnico das análises, a consolidação de informações e o acompanhamento de temas específicos, observadas suas respectivas competências e atos de constituição.

Com foco na evolução contínua da transparência e no alinhamento com as melhores práticas de mercado, a Emae estabeleceu diretrizes para o próximo ciclo de relato, com objetivo de aprimorar a prestação de contas, incluindo a busca pela assecuração externa das informações, conferindo maior confiabilidade e robustez aos dados apresentados, em conformidade com as orientações da CVM. A Companhia atualizou sua materialidade, por meio do desenvolvimento de um estudo de dupla materialidade, permitindo avaliar os temas de sustentabilidade que afetam o valor financeiro da Companhia e como suas atividades impactam o meio ambiente e a sociedade. No campo da inovação e transição energética, os objetivos incluem a expansão da geração fotovoltaica flutuante e a continuidade da modernização tecnológica de suas usinas, visando eficiência operacional e diversificação da matriz para os anos de 2026 e 2027.

O Conselho de Administração é responsável por analisar e aprovar as informações relatadas nos relatórios da organização, por meio de processos que incluem análise, aprovação e comentários, comunicação e divulgação, além de *feedback* e melhorias contínuas. Da mesma forma, esse órgão é encarregado do estudo aprofundado e aprovação dos temas materiais da organização, aprovação e comentários, comunicação e divulgação, avaliação dos controles internos e *feedback* e melhorias contínuas.

A estrutura de governança da Emae assegura que a sustentabilidade seja tratada como prioridade estratégica, com responsabilidades claras entre a alta gestão e o órgão deliberativo, sendo o Conselho de Administração a instância superior responsável pela análise e aprovação tanto dos temas materiais quanto do Relatório de Sustentabilidade, garantindo alinhamento com a visão de longo prazo e os compromissos éticos da Companhia. Para a execução dessas diretrizes, o Conselho delega a gestão operacional dos impactos à Diretoria Executiva, que implementa as políticas ESG, monitora indicadores de desempenho e promove o engajamento com as partes interessadas, com base em reportes periódicos e no suporte do Comitê de

Sustentabilidade, permitindo supervisão ativa sobre riscos e oportunidades.

Ao final de cada ciclo, a aprovação do relatório pelo Conselho valida a transparência do período e estabelece a base para o planejamento futuro, com foco, para 2026/2027, no aprimoramento da qualidade dos dados e na realização de estudos de dupla materialidade, consolidando a evolução contínua da governança e da transparência da Emae perante o mercado e a sociedade.

Na Emae, o desenvolvimento das habilidades e da experiência do Conselho de Administração em temas relacionados ao desenvolvimento sustentável ocorre de forma integrada ao próprio funcionamento do sistema de governança da Companhia, com base em informações técnicas, processos estruturados e interação contínua com as áreas especializadas.

Os membros do Conselho de Administração recebem, antes das reuniões, os materiais de apoio necessários à análise das matérias submetidas à apreciação ou deliberação do colegiado. Esses documentos podem incluir relatórios, apresentações, informações gerenciais, notas técnicas e manifestações das áreas competentes, conforme a natureza e a complexidade dos temas tratados. Esses documentos contemplam, de forma recorrente, aspectos relacionados a impactos econômicos, ambientais e sociais, permitindo que os conselheiros desenvolvam visão crítica e aprofundada sobre os temas de sustentabilidade no contexto do negócio.

A Matriz de Riscos Corporativos também desempenha papel relevante nesse processo, ao incorporar riscos estratégicos associados a temas como meio ambiente, regulação, operação e imagem, os quais são periodicamente acompanhados pelos órgãos de governança. Essa abordagem promove o desenvolvimento da capacidade do Conselho em avaliar impactos sob a ótica de risco e de perenidade da Companhia.

Adicionalmente, a atuação dos comitês de assessoramento contribui para o aprofundamento técnico das matérias submetidas ao Conselho de Administração,

especialmente em temas que envolvem impactos relevantes, proporcionando maior qualidade nas discussões e nas decisões.

Dessa forma, o desenvolvimento das competências do mais alto órgão de governança ocorre de maneira contínua, ancorado em informações estruturadas, na análise de riscos e na dinâmica de reporte e supervisão, sem prejuízo de eventuais iniciativas adicionais que venham a ser adotadas pela Companhia.

As políticas de remuneração da alta liderança e do Conselho de Administração da Emae preveem valores definidos anualmente pela Assembleia Geral, nos termos do art. 152 da Lei nº 6.404/1976, que estabelece o montante global a ser distribuído entre os membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal, sendo que, para o período de abril de 2025 a março de 2026, a remuneração global aprovada foi de R\$ 15.353.220,05. A estrutura de remuneração é majoritariamente fixa, podendo contemplar componentes variáveis conforme práticas de mercado e políticas internas, observando critérios de responsabilidade, complexidade das funções, desempenho e alinhamento aos interesses da Companhia e de seus acionistas.

A Companhia não adota política estruturada de concessão de bônus de atração ou incentivos financeiros vinculados ao recrutamento para membros do Conselho de Administração ou da alta liderança, sendo eventuais condições específicas avaliadas pontualmente, conforme diretrizes de governança, transparência e aprovação pelos órgãos competentes. Os pagamentos de rescisão, quando aplicáveis, seguem a legislação vigente, os contratos firmados e as políticas internas, observando princípios de razoabilidade, transparência e conformidade com práticas de mercado, sendo que, para administradores estatutários, eventuais condições são estabelecidas em instrumentos contratuais e aprovadas nas instâncias competentes. A Emae adota princípios de integridade, conformidade e responsabilidade na gestão da remuneração, podendo, em caso de inconsistências relevantes, erros materiais ou condutas inadequadas que impactem a base de cálculo da remuneração variável, realizar revisão, ajuste ou, a depender da ocorrência, devolução de valores, conforme normativos internos e legislação aplicável. Não há previsão de benefícios de aposentadoria.

Embora a Companhia não possua, até o momento, uma política formal de remuneração que vincule

diretamente os componentes remuneratórios dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva a indicadores específicos de desempenho, relacionados aos impactos econômicos, sociais e ambientais, a gestão destes impactos está integrada ao modelo de governança corporativa. A remuneração dos administradores é estruturada com base em honorários e, no caso da Diretoria Executiva, podendo incluir componentes variáveis e benefícios, sem previsão de métricas ESG como condicionantes formais, sendo o desempenho avaliado à luz dos resultados globais da Companhia, que refletem a condução responsável dos negócios, a conformidade regulatória, a gestão de riscos e a sustentabilidade das operações. Dessa forma, a consideração dos impactos econômicos, sociais e ambientais ocorre de forma indireta, por meio da responsabilização dos administradores pela definição de diretrizes estratégicas, supervisão dos riscos corporativos e tomada de decisões que assegurem a perenidade do negócio e a geração de valor no longo prazo, sendo reconhecida a relevância do tema e avaliada a evolução dos instrumentos de gestão e remuneração para fortalecer o alinhamento entre desempenho executivo e geração de valor sustentável.

O processo para desenvolvimento das políticas de remuneração da organização envolve revisões periódicas e análise de mercado. A supervisão do processo de determinação da remuneração é realizada pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo também esse o foro em que as opiniões dos *stakeholders*, incluindo acionistas, são consideradas. Não houve envolvimento de consultores de remuneração na determinação da remuneração. Os *stakeholders*, incluindo acionistas, são consultados sobre a remuneração da governança.

NÚMERO DE MEMBROS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

	2023	2024	2025
Conselho de Administração	11	11	10
Diretoria Executiva	4	5	4
Conselho Fiscal	10	-	2
Total	25	16	16

COMPROMISSOS DE POLÍTICA

À luz do Código de Conduta da Emae, os compromissos para a condução empresarial responsável estão estruturados a partir de princípios éticos, de integridade e de responsabilidade corporativa, que orientam a atuação de administradores, colaboradores e parceiros de negócios.

A Companhia estabelece como diretriz fundamental a atuação pautada na legalidade, integridade, transparência e equidade, assegurando que todas as decisões e relações institucionais sejam conduzidas com honestidade, respeito às normas e alinhamento aos interesses legítimos da organização e de suas partes interessadas. Nesse contexto, há compromisso expresso com a prevenção e o combate à corrupção, à fraude e a quaisquer práticas ilícitas, bem como com a mitigação de conflitos de interesses e a promoção de um ambiente de negócios íntegro e confiável.

No âmbito social, a Emae assume o compromisso de promover um ambiente de trabalho seguro, inclusivo e respeitoso, pautado pela valorização da diversidade, igualdade de oportunidades e tolerância zero a práticas discriminatórias, assédio ou comportamentos inadequados. A Companhia reforça ainda a importância do respeito à privacidade, à dignidade e à diversidade de opiniões, contribuindo para um ambiente organizacional saudável e colaborativo.

Sob a perspectiva ambiental e de sustentabilidade, a atuação da Emae incorpora o uso responsável de recursos naturais, especialmente no que se refere à gestão de recursos hídricos e à geração de energia limpa, alinhando suas operações a práticas sustentáveis e à geração de valor no longo prazo.

Adicionalmente, a Companhia estende esses compromissos aos seus parceiros de negócios, exigindo

a observância de padrões éticos, respeito às leis trabalhistas, combate ao trabalho infantil e forçado, além do uso adequado de recursos e informações. Essa abordagem reforça a responsabilidade compartilhada na cadeia de valor e o compromisso com relações comerciais íntegras e transparentes.

Dessa forma, os compromissos da Emae com a conduta empresarial responsável se materializam na integração entre ética, governança, responsabilidade social e sustentabilidade, constituindo a base para a geração de valor sustentável e para o fortalecimento da confiança junto às partes interessadas.

Os compromissos estabelecidos no Código de Conduta da Emae se relacionam, em termos conceituais, com diversos instrumentos intergovernamentais reconhecidos internacionalmente, que orientam a condução empresarial responsável, a governança corporativa e a sustentabilidade, ainda que não haja, no documento, menção expressa ou formal de alinhamento a *frameworks* específicos.

No âmbito da integridade e governança, destacam-se as Diretrizes da Organização para a Cooperação e

Desenvolvimento Econômico (OCDE) para Empresas Multinacionais como referência internacional de conduta empresarial responsável, estabelecendo parâmetros relacionados à ética, transparência, prevenção à corrupção e responsabilidade corporativa, em linha com os princípios de legalidade, integridade e transparência adotados pela Companhia.

No campo dos direitos humanos, observa-se convergência com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (UNGPs), especialmente no que se refere ao dever de respeitar direitos humanos, prevenir impactos negativos e atuar com diligência nas relações com partes interessadas, refletido nos compromissos da Emae com diversidade, igualdade, combate à discriminação e respeito à dignidade.

Ainda no contexto social, os compromissos relacionados ao combate ao trabalho infantil e forçado, bem como à promoção de condições dignas de trabalho, encontram correspondência nas Convenções Fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que tratam da eliminação de práticas abusivas e da promoção da equidade no ambiente laboral.

Sob a perspectiva ambiental e de desenvolvimento sustentável, observa-se aderência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas, especialmente aqueles relacionados à energia limpa e acessível, trabalho decente, redução das desigualdades e ação climática, evidenciada pela incorporação do princípio da sustentabilidade e pela gestão responsável de recursos naturais pela Companhia.

No que se refere à integridade e ao combate à corrupção, há correspondência com a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), que estabelece diretrizes para prevenção, detecção e resposta a práticas corruptas, bem como para o fortalecimento de mecanismos de transparência e responsabilização.

Adicionalmente, os princípios de respeito, dignidade, igualdade e não discriminação refletem valores consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, reforçando a aderência da Companhia a padrões éticos universalmente reconhecidos.

Dessa forma, ainda que não formalizados como adesão explícita, os compromissos da Emae demonstram

alinhamento material com referenciais internacionais relevantes, evidenciando a adoção de práticas de conduta empresarial responsável em consonância com as melhores práticas globais.

Os compromissos da organização preveem a realização de devida diligência, a aplicação do princípio da precaução e o respeito aos direitos humanos. A organização possui políticas e outros documentos específicos que firmam compromissos com o respeito aos direitos humanos, os quais se relacionam a direitos reconhecidos internacionalmente, como o direito à igualdade e não discriminação, por meio da promoção da diversidade e inclusão no ambiente de trabalho; o direito ao trabalho digno e condições justas de trabalho, com valorização dos colaboradores, desenvolvimento profissional e combate à precarização; o direito à saúde e segurança no trabalho, com programas de saúde ocupacional e prevenção de acidentes; o direito ao desenvolvimento e à educação, com capacitação e treinamento dos colaboradores; o direito a um meio ambiente saudável, com gestão ambiental, uso sustentável dos recursos hídricos e redução de impactos; e o direito das comunidades ao desenvolvimento local, com relacionamento com comunidades e investimentos socioambientais.

Os *stakeholders* contemplados nesses compromissos incluem colaboradores diretos e indiretos, com foco em desenvolvimento, saúde, segurança e bem-estar; investidores e acionistas, com ênfase em transparência, governança e geração de valor; fornecedores, com relações contratuais éticas e sustentáveis; órgãos reguladores, como Aneel e CVM, com foco em conformidade legal e regulatória; comunidades e sociedade, com atenção ao impacto socioambiental, desenvolvimento local e diálogo contínuo; clientes, como distribuidoras de energia, com foco no fornecimento de energia e qualidade do serviço; e governo e entidades públicas, relacionados a políticas públicas e regulação do setor. Entre esses *stakeholders*, há grupos considerados em situação de risco ou vulneráveis, como comunidades e sociedade, especialmente no entorno das operações, que podem ser impactadas por questões ambientais, hídricas e operacionais, e trabalhadores, principalmente em atividades operacionais, expostos a riscos ocupacionais que demandam atenção à saúde e segurança.

Os documentos que abordam esses compromissos estão disponíveis para consulta pública no link <https://emae.com.br/programa-de-integridade>. Na Emae, o

Conselho de Administração, como nível mais alto de governança, e a Diretoria, como apoio na implementação e validação, são responsáveis pela aprovação dos conteúdos relacionados à sustentabilidade, governança, ética e responsabilidade empresarial. Esses compromissos se aplicam a todas as atividades e relações de negócio da organização e são comunicados aos trabalhadores, parceiros comerciais e demais partes relevantes por meio de canais formais e contínuos.

A principal forma de divulgação ocorre pelo Relatório de Sustentabilidade, que apresenta de forma transparente informações econômicas, sociais e ambientais ao público em geral, sendo complementada por comunicação interna com colaboradores por meio de treinamentos, diretrizes e ações de engajamento, além da divulgação de informações e resultados para investidores e demais *stakeholders*. O relacionamento com comunidades, fornecedores, órgãos reguladores e sociedade é mantido por meio de diálogo contínuo e canais institucionais, assegurando ampla disseminação e compreensão dos compromissos.

Os dados demonstram que a Emae adota uma abordagem estruturada e alinhada às boas práticas de

governança e sustentabilidade na comunicação de seus compromissos, utilizando o Relatório de Sustentabilidade como principal instrumento de transparência e prestação de contas, seguindo padrões internacionais como a Global Reporting Initiative (GRI), o que fortalece a credibilidade perante investidores, reguladores e sociedade. A comunicação interna evidencia que os compromissos são desdobrados para o nível operacional, contribuindo para uma cultura organizacional alinhada à ética, segurança e sustentabilidade. O relacionamento contínuo com *stakeholders* demonstra uma atuação responsável e integrada com o ambiente externo, enquanto a comunicação com investidores reforça a governança corporativa e a confiança no desempenho da organização. Dessa forma, observa-se que a Emae integra seus compromissos à estratégia e à operação, contribuindo para a mitigação de riscos, melhoria da reputação institucional e geração de valor sustentável no longo prazo.

O nível mais alto que supervisiona a incorporação dos compromissos é o Conselho de Administração. A organização delega responsabilidades para que eles sejam implementados por meio da definição de metas e pactos claros, identificação dos níveis de hierarquia envolvidos, atribuição e comunicação eficaz de

responsabilidades de acordo com habilidades e competências, estabelecimento de autoridade e prestação de contas, criação de sistemas de acompanhamento, promoção da colaboração e do trabalho em equipe, ajuste das responsabilidades conforme necessário e avaliação periódica do processo de delegação.

A integração dos compromissos nas estratégias organizacionais, políticas e de operação ocorre por meio da definição de metas, incorporação em políticas, desenvolvimento de procedimentos operacionais, treinamento e conscientização, avaliação de impacto, devida diligência, responsabilidade objetiva, comunicação interna, monitoramento e revisão contínua, além de **feedback** e envolvimento dos funcionários e relatórios transparentes. A implementação dos compromissos nas relações de negócios é realizada por meio de seleção criteriosa de parceiros, inclusão de cláusulas contratuais, auditorias e monitoramento, treinamento e capacitação, comunicação aberta e transparente, resolução de problemas e melhorias contínuas, divulgação de relatórios de sustentabilidade, integração na cadeia de suprimentos e avaliação periódica de parceiros de negócios.

A organização oferece treinamentos para a implementação de seus compromissos, incluindo Código de Conduta, Política Anticorrupção, Política de Transação com Partes Relacionadas, Política de Gestão de Riscos e Privacidade de Dados Pessoais.

Portanto, a incorporação de compromissos e políticas na Emae é um processo estruturado que perpassa todos os níveis da Companhia, garantindo que as diretrizes estratégicas de sustentabilidade e ética sejam convertidas em práticas operacionais concretas. O Conselho de Administração atua como principal responsável pela supervisão e aprovação, enquanto a Diretoria Executiva transforma essas diretrizes em planos de ação. A delegação ocorre por meio de uma estrutura que prioriza autoridade e prestação de contas, com apoio de comitês especializados, especialmente o Comitê de Sustentabilidade, e investimento em equipes multidisciplinares e treinamentos obrigatórios. Dessa forma, a incorporação de políticas é tratada como elemento indutor de cultura organizacional, integrando metas claras e sistemas de monitoramento em todos os níveis hierárquicos, de modo que os colaboradores compreendam sua responsabilidade na promoção da sustentabilidade, ética e eficiência.

RESPONSABILIDADE COM PARTES INTERESSADAS

A Companhia se engaja com diversos grupos de *stakeholders*, incluindo parceiros de negócios, organizações da sociedade civil, empregados e outros trabalhadores, governos, comunidades locais, ONGs, acionistas, investidores, fornecedores, sindicatos e grupos vulneráveis. Esse engajamento é promovido por meio de comunicação transparente, canais de comunicação diversificados, responsabilidade social corporativa, relatórios de sustentabilidade, treinamento e sensibilização, além de avaliação contínua.

Os propósitos desse engajamento incluem identificar impactos reais e potenciais, definir respostas de prevenção e mitigação para impactos negativos, construir relacionamentos duradouros, entender necessidades e expectativas, melhorar a tomada de decisão, gerenciar riscos e oportunidades, promover a inovação, cumprir requisitos regulatórios, construir reputação e imagem

de marca, promover a sustentabilidade, atender às demandas dos investidores e resolver conflitos.

A Emae busca garantir um engajamento significativo por meio de comunicação aberta e transparente, escuta ativa, consultas e colaboração, relatórios de sustentabilidade, definição de metas de desempenho, desenvolvimento de relacionamentos de longo prazo, treinamento e conscientização, acompanhamento e avaliação, incentivos para o engajamento, avaliação de impacto social e ambiental e integração nos processos de negócios.

O relacionamento com organizações sociais e ambientais, no âmbito de órgãos e programas públicos, envolve órgãos reguladores como Aneel e CVM, órgãos ambientais, prefeituras, agentes municipais, polícia ambiental e órgãos de defesa civil. As formas de relacionamento e comunicação incluem articulação e

atuação conjunta, reuniões periódicas, encontros diretos, divulgação em canais institucionais, compartilhamento de Planos de Ação de Emergência com órgãos de defesa civil, além de canais eletrônicos, telefônicos e presenciais, sendo também informado canal específico para segurança de barragens e canais de Ouvidoria e Comunidade. O relacionamento com órgãos públicos e demais *stakeholders* está associado principalmente a temas regulatórios, socioambientais, conservação ambiental, segurança de barragens e gestão de impactos nas áreas de influência das operações, destacando-se que a atuação conjunta busca prevenir e corrigir degradação ambiental e fortalecer a conservação dos recursos naturais.

No que se refere a organizações sociais, a empresa se relaciona mais frequentemente com grupos comunitários e associações de moradores, especialmente localizados no entorno de reservatórios, barragens e áreas de influência operacional, com os quais dialoga sobre uso do território, prevenção de ocupações irregulares, segurança de barragens e preservação dos mananciais; com organizações ambientalistas, incluindo as não governamentais (ONGs), coletivos e entidades voltadas à proteção dos recursos hídricos, à conservação da

biodiversidade e à educação ambiental, que participam ou são público-alvo de ações de sensibilização e conscientização ambiental; e com instituições de ensino e pesquisa, como escolas públicas e privadas, universidades e centros acadêmicos, por meio de programas de educação ambiental, visitas técnicas, projetos de conscientização e iniciativas de difusão do conhecimento técnico e ambiental. No que se refere à comunicação, a Companhia utiliza canais institucionais formais, como divulgação de informações em seus meios oficiais, comunicados internos, materiais informativos e documentos técnicos, além de canais eletrônicos como LinkedIn e Instagram, que permitem o atendimento direto às demandas da comunidade, de órgãos públicos e de outras partes interessadas.

Em 2025, foi realizado, pela equipe técnica de Sustentabilidade da Emae, um mapeamento estruturado das partes interessadas, com o objetivo de identificar e classificar organizações e instituições com influência territorial relevante para a Companhia. O mapeamento de 49 *stakeholders* considerou critérios como atuação junto às comunidades, visibilidade na mídia e presença no meio acadêmico, subsidiando o planejamento de ações estratégicas de relacionamento e apoio.

As informações também são provenientes do acompanhamento e da execução de programas de educação e sensibilização ambiental, direcionados a empregados, escolas e outros grupos da sociedade civil organizada. Esses programas, de caráter contínuo, permitem a coleta de dados qualitativos e o monitoramento do engajamento dos diferentes atores sociais, contribuindo para a ampliação da percepção ambiental e para a promoção de mudanças de comportamento relacionadas às questões socioambientais (foram considerados os seguintes ativos em 2025: Usina Henry Borden, Usina Rasgão, Pequena Central Hidrelétrica Pirapora, Usina Porto Góes, Usina Termelétrica Piratininga e Usina Fotovoltaica Flutuante Araucária).

A Emae mantém relacionamento com seus acionistas, investidores e demais participantes do mercado de capitais, observadas as diretrizes de transparência, equidade e divulgação de informações aplicáveis às companhias abertas. A composição acionária da Companhia, incluindo acionistas relevantes, é divulgada nos canais oficiais de Relações com Investidores e nas obrigações periódicas encaminhadas ao mercado.

As respectivas participações acionárias são apuradas com base na posição societária vigente no período reportado e divulgadas em conformidade com a regulamentação aplicável e com os instrumentos de transparência corporativa adotados pela Companhia.

Os acionistas e investidores mais relevantes são aqueles detentores de participações relevantes no capital social da Companhia, conforme composição acionária divulgada em documentos societários e [site da Emae](#).

O relacionamento com esses *stakeholders* é realizado pela área de Relações com Investidores e, eventualmente, a área de Comunicação e Marketing, por meio do *website* de RI, divulgações periódicas e eventuais, assembleias, comunicados ao mercado e atendimento a demandas de investidores.

Por se tratar de uma relação de natureza corporativa e institucional, a Companhia busca assegurar transparência, isonomia no acesso à informação e conformidade regulatória, mediante a utilização de canais formais de comunicação e divulgação ao mercado. Dessa forma, o tema não se limita a ativos, unidades operacionais ou iniciativas individualizadas, estando relacionado à

governança corporativa, à prestação de informações ao mercado e ao relacionamento com acionistas, investidores e demais partes interessadas.



A Emae possui três canais de comunicação externos, divulgados em seu *site*: *e-mail* da comunicação (comunicacao@emae.com.br), *e-mail* de atendimento à imprensa (imprensa@emae.com.br) e *e-mail* da Ouvidoria (ouvidoria@emae.com.br), além de redes sociais como [Instagram](#) e [LinkedIn](#).

Os canais de comunicação com órgãos e programas públicos incluem reuniões, encontros diretos, visitas técnicas, divulgação de informações em canais institucionais, canais eletrônicos, telefônicos e presenciais,

além dos *e-mails* de contato da Ouvidoria, de segurança de barragens e de comunidade.

A Emae mantém diálogo transparente e participativo com comunidades e demais *stakeholders*, com registro e análise das demandas recebidas. O relacionamento com o setor público inclui a articulação com órgãos públicos, órgãos ambientais, agentes municipais, polícia ambiental e órgãos de defesa civil, especialmente em temas socioambientais e de segurança de barragens.

A Emae mantém uma atuação contínua junto a organizações da sociedade civil, entidades comunitárias e instituições de ensino presentes no entorno de seus empreendimentos, especialmente nas regiões do Reservatório Billings, Guarapiranga e áreas adjacentes. Essas organizações desempenham papel essencial no desenvolvimento social, cultural e educacional das comunidades locais, além de contribuírem para ações conjuntas de conscientização ambiental, fortalecimento territorial e promoção da qualidade de vida.

ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E OSCs

O relacionamento comunitário da Emae inclui diversas Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e ONGs de referência no território, entre elas:

- Centro Comunitário São Pancrácio (ONG) – atua como organização principal no apoio aos Centros para Crianças e Adolescentes (CCAs) Jardim Silveira, Frei Reginaldo, Jardim Sabiá e ao Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo (Cedesp) Rosa Mística. Esses equipamentos integram o Centro Comunitário Jardim Autódromo (ONG), instituição que oferece suporte a 17 organizações do território, promovendo assistência social, formação comunitária e articulação das demandas locais.
- Casa Ecoativa – OSC dedicada à promoção da sustentabilidade, permacultura, cultura local e educação socioambiental, atuando em forte parceria com a comunidade da Ilha do Bororé e seu entorno.
- Associação dos Moradores da Ilha do Bororé (AMIB) – entidade comunitária responsável pela representação

dos moradores, pela mediação com o poder público e pela defesa de pautas territoriais relacionadas à infraestrutura, mobilidade e preservação ambiental.

INSTITUIÇÕES DE ENSINO

A Emae também mantém diálogo e ações pontuais com escolas públicas do território, promovendo atividades educativas, visitas institucionais, projetos ambientais e apoio a iniciativas formativas. Entre as instituições parceiras estão: Escola Municipal de Ensino Fundamental (Emef) Senhor Bom Jesus (Pirapora), Emef Prof.^a Maria Aparecida Beraldo Gallo (Pirapora), Escola Estadual (EE) José Amadei, EE Altina Júlia de Oliveira e EE Prof. Manoel Tabacow Hidaio. Essas escolas desempenham papel fundamental na formação de crianças e jovens da região e participam de ações de educação ambiental, mobilização comunitária e projetos colaborativos promovidos ou apoiados pela Emae.

A Emae estabelece o relacionamento com suas instituições parceiras por meio de uma agenda estruturada

de interações presenciais e campanhas de mobilização, fundamentadas na transparência e na cooperação técnica. Essa articulação operacionaliza-se, prioritariamente, através de reuniões de avaliação de projetos de educação ambiental, instâncias consultivas em que o desempenho das ações é analisado e ajustado às necessidades do território e das instituições.

No âmbito da formação e execução prática, o engajamento ocorre mediante a promoção de encontros para a realização de oficinas e palestras de educação ambiental e sessões de visitas técnicas monitoradas, que visam integrar o conhecimento operacional da Companhia à conscientização socioambiental.

Adicionalmente, a parceria se materializa em ações e iniciativas que reafirmam o papel ativo da Companhia na disseminação de práticas sustentáveis, promovendo a educação e reflexão sobre a responsabilidade compartilhada na proteção e recuperação ambiental, como os encontros para mutirões de limpeza e coleta de resíduos, além de campanhas de plantio de mudas de espécies nativas para a restauração de áreas degradadas. Essas iniciativas conjuntas não apenas fortalecem os vínculos institucionais, mas garantem a

eficácia das estratégias de preservação e sustentabilidade promovidas em conjunto com seus parceiros.

Os Centros Comunitários Jardim Autódromo e São Pancrácio são ONGs que assistem instituições localizadas na Zona Sul de São Paulo. Os usuários de quatro instituições (OSCs) participaram do Programa de Educação Ambiental da Emae em 2025: os Centros para Crianças e Adolescentes Frei Reginaldo, Jardim Silveira e Jardim Sabiá e o Cedesp Rosa Mística. Os alunos da Emef Bom Jesus e Emef Beraldo Gallo, localizadas no município de Pirapora do Bom Jesus, participaram do Programa de Educação Ambiental proposto pela Emae, estruturado para atender as condicionantes da Licença de Operação da PCH Pirapora. A parceria possibilitou a expansão do programa a mais uma escola parceira, para início das atividades em 2026. As demais escolas mencionadas fazem parte do público que visita as instalações da Emae para fins pedagógicos e têm o apoio dos colaboradores da empresa no monitoramento da visita técnica. A AMIB e a Casa Ecoativa são OSCs parceiras cujas sedes estão localizadas em área de propriedade da Emae, cedida para o desenvolvimento de suas atividades. A AMIB presta atendimento assistencial, oferecendo

cursos e cestas básicas à população do bairro Bororé, enquanto a Casa Ecoativa desenvolve projetos de educação ambiental e promove ações de sustentabilidade.

Em 2025, a Companhia manteve relacionamento estruturado e transparente com seus parceiros de negócio e fornecedores, pautado por princípios de ética, integridade, sustentabilidade e conformidade legal, utilizando como canais de comunicação o sistema Mercado Eletrônico, WhatsApp, ligação, *e-mail*, visitas técnicas e reuniões presenciais e *online*. O processo de gestão de fornecedores contempla desde a seleção e homologação até o acompanhamento contínuo de desempenho, sendo que, na etapa de contratação, são avaliados critérios técnicos, econômico-financeiros, ambientais, sociais e de governança, assegurando que os parceiros estejam alinhados às diretrizes corporativas e às boas práticas de mercado. Os fornecedores são formalmente contratados por meio de instrumentos contratuais que estabelecem claramente responsabilidades, requisitos de qualidade, prazos, condições comerciais e obrigações relacionadas à legislação vigente, incluindo aspectos trabalhistas, ambientais e de saúde e segurança. O relacionamento é conduzido de forma contínua, com monitoramento de desempenho, avaliações periódicas

e canais abertos para comunicação e alinhamento, visando à melhoria contínua, mitigação de riscos e fortalecimento de parcerias de longo prazo. Como exemplo de prática de ESG na área de suprimentos, destaca-se a priorização de fornecedores locais nas regiões de usinas e barragens.

INDICADORES SOCIAIS INTERNOS

INDICADORES SOCIAIS INTERNOS (EMPREGADOS/EMPREGABILIDADE/ADMINISTRADORES)

	2023	2024	2025
Número total de empregados	376	257	321
Número de terceirizados (terceirizados, subcontratados, autônomos) por tipo de emprego, contrato de trabalho e região	–*	678	289**
Empregados até 30 anos de idade (%)	29	15	17
Empregados com idade entre 31 e 40 anos (%)	157	138	25
Empregados com idade entre 41 e 50 anos (%)			30
Empregados com idade superior a 50 anos (%)	190	102	28
Número de mulheres em relação ao total de empregados (%)	8	10	18
Mulheres em cargos gerenciais – em relação ao total de cargos gerenciais (%)	25	22	21
Empregados negros (pretos e pardos) – em relação ao total de empregados (%)	27	30	26
Empregados(as) negros(as) (pretos/as e pardos/as) – em cargos gerenciais em relação ao total de cargos gerenciais (%)	–	–	23
Estagiários – em relação ao total de empregados (%)	–	–	3
Empregados do programa de contratação de aprendizes (%)	15	16	1
Empregados com deficiência	–	10	10

* Os dados referentes ao período de 2023 não foram apurados de forma centralizada.

** A diminuição no quadro de terceiros decorre, principalmente, do processo de revisão de contratos de postos de trabalho conduzido em 2025. A consolidação dos quantitativos apresentados neste relatório foi realizada a partir de informações fornecidas diretamente pelas áreas operacionais da Companhia, responsáveis pela gestão de seus próprios contratos.

REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E CARREIRA*

2025

Folha de pagamento bruta**	154.703.000,00
Encargos sociais compulsórios	30.300.000,00
Benefícios	
Alimentação	5.700.000,00
Transporte	103.000,00
Saúde	9.500.000,00
Segurança e medicina do trabalho	871.000,00
Cultura	223.000,00
Capacitação e desenvolvimento profissional	770.000,00
Creches ou auxílio-creche	159.268,00
Participação nos resultados	
Investimento total em programa de participação nos resultados da empresa (R\$)	1.090.657,93
Valores distribuídos em relação à folha de pagamento bruta (%)	0,70
Divisão da maior remuneração pela menor remuneração paga pela outorgada	25,80
Divisão da menor remuneração da empresa pelo salário mínimo vigente	0,65

* Valores em reais (R\$), expressos em unidades inteiras.

** Folha de pagamento bruta: soma das rubricas "Pessoal" e "Benefícios pós-emprego e previdência complementar" da Nota Explicativa 30.2 das Demonstrações Financeiras de 2025 (consolidado).

SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

2025

Média de horas extras por empregado, por ano	122,70
Índice TF (taxa de frequência) total da empresa no período, para empregados	2,80
Índice TG (taxa de gravidade) total da empresa no período, para empregados	35,20

PERFIL DA ESCOLARIDADE - DISCRIMINAR, EM PORCENTAGEM, EM RELAÇÃO AO TOTAL DOS EMPREGADOS

	2023	2024	2025
Ensino Fundamental (%)	-	-	1,00
Ensino Médio (%)	-	-	27,00
Ensino Técnico (%)	-	-	30,00
Ensino Superior (%)	-	-	29,00
Pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado) (%)	-	-	13,00
Média de horas de treinamento por ano, por funcionário	54,90	88,82	48,50

COMPORTAMENTO FRENTE A DEMISSÕES

	2023	2024	2025
Taxa de rotatividade	10,8	3,5	8,1

RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS

	2025
Valor provisionado no período (R\$)	74.335.116,66
Número de processos trabalhistas movidos contra a empresa	155
Número de processos trabalhistas julgados procedentes no período	12
Número de processos trabalhistas julgados improcedentes no período	17
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça no período (R\$)	1.381.516,50
Preparação para a aposentadoria	
Investimento em previdência complementar (R\$)	764.000,00
Número de beneficiados pelo programa de previdência complementar	2.710

INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS

INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS – COMUNIDADES

ANEEL 3.5.

2025

Envolvimento da empresa com ação social

Recursos aplicados em esporte (R\$)	210.000,00
Outros recursos aplicados em ações sociais (R\$)	76.534,17

Envolvimento da empresa em projetos culturais, esportivos etc. (Lei Rouanet)

Montante de recursos destinados aos projetos (R\$)	1.068.125,00
Montante de recursos destinados ao maior projeto (R\$)	400.000,00

INDICADORES AMBIENTAIS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA COMUNIDADE

2025

Dados	Nº de unidades de ensino fundamental e médio atendidas	Nº de alunos atendidos	Nº de professores capacitados	Nº de unidades de ensino técnico e superior atendidas	Nº de alunos atendidos
Alunos de Ensino Médio – Visitas Técnicas	5	154	5	0	0
Alunos de Ensino Superior – Visitas Técnicas	0	17	1	1	17
Alunos do Ensino Fundamental – Escolas Municipais de Pirapora	2	246	20	0	0
Total	7	417	26	1	17

Ao longo de 2025, alunos do Ensino Médio de cinco instituições de ensino participaram de visitas técnicas às instalações da Emae. As atividades contemplaram a apresentação da estrutura da Usina Elevatória de Pedreira, do Centro de Operação do Sistema, bem como da dinâmica do sistema hidroenergético e do histórico institucional da Companhia. As instituições participantes estão relacionadas no item 2-2 (entidades incluídas no relatório). Adicionalmente, alunos

do curso de Licenciatura em Ciências do Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo (USP) participaram das visitas, com abordagem direcionada às especificidades de sua formação acadêmica. No âmbito da educação ambiental, alunos do Ensino Fundamental das Escolas Municipais de Pirapora do Bom Jesus (Emef Senhor Bom Jesus e Emef Prof.^a Maria Aparecida Beraldo Gallo) participaram de oficinas temáticas realizadas ao longo do ano letivo de 2025,

em datas alusivas ao calendário ambiental, com periodicidade bimestral. As ações tiveram como objetivo a sensibilização para temas ambientais e foram complementadas por atividades específicas destinadas aos professores dessas unidades escolares, incluindo palestras e instrumentos pedagógicos, como jogos educativos sob a temática ambiental.

QUANTIDADE TOTAL DE RESÍDUOS GERADOS (t)

	2023	2024	2025
Resíduos sólidos gerados (lixo, dejetos, entulho, etc.)	153,03	1.866,13	1.559,59
Quantidade de resíduos contaminados por PCB (Ascarel) destinados	27,4	13,140	0

A Emae realiza a gestão de resíduos em conformidade com as normas ambientais vigentes, com o objetivo de minimizar impactos ao meio ambiente e assegurar a conformidade legal. Considerando que a poluição hídrica, intensificada pelo descarte inadequado de resíduos urbanos, compromete a qualidade da água e afeta diretamente o meio ambiente, a empresa adota medidas preventivas e corretivas para mitigar esses impactos. Entre essas ações destacam-se o monitoramento contínuo dos corpos hídricos, a remoção periódica de resíduos e o desenvolvimento de iniciativas de conscientização voltadas à conservação dos mananciais. A remoção de resíduos flutuantes nos rios Pinheiros e Tietê é realizada em parceria com

órgãos públicos, contribuindo para a manutenção da eficiência operacional das usinas hidrelétricas. Nesse contexto, o procedimento de limpa-grade, responsável pela coleta de 1.559,59 toneladas, desempenha papel fundamental ao evitar o acúmulo de detritos, preservando o funcionamento das turbinas e dos sistemas de controle de cheias. Além disso, a limpeza sistemática das usinas previne bloqueios operacionais e contribui para a melhoria da qualidade da água. Em 2025, a Emae atualizou a situação do inventário dos equipamentos elétricos (transformadores e disjuntores) das suas estruturas, cujo conteúdo contém óleos isolantes passíveis de estarem contaminados com PCBs (bifenilas policloradas). Foi constatado que dos 242 equipamentos analisados, 3 transformadores apresentaram concentrações de PCBs muito acima do limite regular (50 mg/kg), totalizando, aproximadamente, 1.283,00 litros de óleo. Mediante a isso, pode-se afirmar que a Companhia possui, em seu inventário, 12 (doze) equipamentos classificados como contaminados por bifenilas policloradas (PCBs), cujas análises realizadas indicaram concentrações variando entre valores superiores a 50 mg/kg e inferiores a 93 mg/kg. Em 2025 não houve destinação de resíduos contaminados por PCBs.

EMISSÕES DE GEE

	2023	2024	2025
Volume anual de gases de efeito estufa (CO ₂ , CH ₄ , N ₂ O, HFC, PFC, SF ₆) emitidos na atmosfera (em toneladas de CO ₂ equivalentes)	546,75	742,22	623,56

USO DE RECURSOS NO PROCESSO PRODUTIVO E EM PROCESSOS GERENCIAIS DA ORGANIZAÇÃO (GJ)

Combustíveis	2023	2024	2025
<i>Diesel</i>	771,13	1.707,65	207.683,31
Gasolina	563,80	334,76	1.331,13
Etanol	2.946,17	792,45	32.931,35
Gás natural	80,47	113,56	0,00

A Emae realiza a gestão voluntária dos gases de efeito estufa da Companhia, adotando a abordagem operacional, onde o controlador tem autoridade absoluta para implementar políticas na operação. A metodologia

utilizada segue o Programa Brasileiro GHG Protocol e considera as emissões diretas (Escopo 1), emissões indiretas por compra de energia (Escopo 2) e outras emissões indiretas (Escopo 3). A Emae é membro Selo Ouro no GHG Protocol desde 2021.

CONSUMO TOTAL DE ENERGIA ELÉTRICA (kWh)

	2023	2024	2025
Consumo de energia elétrica das unidades geradoras auxiliares	-	-	28.131.265,00
Consumo (m ³) de água por kWh gerado	-	-	6,82

RECUPERAÇÃO DE ÁREAS

Em 2025, realizamos o Projeto PEC Billings em celebração ao centenário do reservatório, com o plantio de 5.094 mudas nativas nas margens do Rio Pinheiros, em São Paulo. A iniciativa teve como objetivo promover a recuperação ambiental e a recomposição vegetal em áreas da margem oeste e leste do Canal Pinheiros, contribuindo para a melhoria das condições ecológicas e dos serviços ecossistêmicos locais. As espécies foram selecionadas com base na “Lista de espécies indicadas para restauração ecológica para diversas regiões do estado de São Paulo”, considerando diversidade, função na sucessão vegetal e o uso do espaço, que apresenta fluxo constante de usuários para atividades como caminhada, corrida e ciclismo, além do potencial de atração de fauna, especialmente avifauna. Dentre as 80 espécies selecionadas, sendo 40 espécies pioneiras e 40 não pioneiras, destacam-se ipê-amarelo (*Handroanthus albus*), sangra-d’água (*Croton urucuran*), ipê-rosa (*Handroanthus heptaphyllus*), ingá (*Inga edwallii*), pitanga (*Eugenia uniflora*), araçá-amarelo (*Psidium cattleianum*), manacá-da-serra (*Tibouchina pulchra*), guapuruvu (*Schizolobium parahyba*), entre outras.

PROJETOS DE PESQUISA & DESENVOLVIMENTO

O Projeto P&D Aneel PG-00393-0015-2022 está associado à segurança e automação de barragens, com foco na identificação de eventos de segurança, como galgamentos e rompimentos, e na execução semiautomatizada de planos de ação de emergência, visando reduzir eventuais impactos desses eventos em populações. Dentre os ganhos sociais, destaca-se a disponibilização de um recurso tecnológico capaz de auxiliar na identificação de potenciais eventos em barragens e no aviso de populações a jusante, contribuindo para maior segurança, além da inovação tecnológica por meio da proposição de modelos alternativos de monitoramento de sensores de barragens e ferramentas *web* para acompanhamento de eventos e apoio aos empreendedores durante sua ocorrência.

Entre os benefícios esperados estão o monitoramento mais eficiente das condições estruturais da barragem, maior controle sobre as ações a serem tomadas durante

um evento e o aviso mais rápido e efetivo à população ou agentes da empresa por meio de mensagens de WhatsApp ou tecnologias de telefonia móvel similares. Como produtos, destacam-se um sistema supervisorio *web* para monitoramento de eventos, capaz de emitir alertas por envio de mensagens ao celular e executar planos de ação de forma semiautomática, além de um sistema de *hardware* para sensoriamento da fundação de barragens, com medição do nível de água infiltrada para avaliação da segurança, associado a um sistema de *software* que avalia continuamente os sinais medidos e realiza previsões antes da ocorrência de eventos.

O projeto é classificado como pesquisa e desenvolvimento experimental. A metodologia para estimação de retorno dos investimentos é baseada no levantamento de custos de cenários de premissas, considerando investimentos em sirenes, como cenário clássico de aviso

à população, e custos de digitalização de sensores de barragens, sendo que o sistema de sensoriamento proposto possui custo inferior a um terço dos sistemas comerciais e, aliado à substituição das sirenes, apresenta-se como alternativa economicamente mais favorável e potencialmente mais efetiva. A metodologia de transferência de resultados baseia-se em estudo internacional das principais técnicas de aviso à população em incidentes com barragens, bem como nas recomendações da legislação brasileira, que prioriza a elaboração de Planos de Ação de Emergência (PAE), resultando no desenvolvimento de um sistema de *hardware* e *software* estruturado em três etapas: identificação do evento, gerenciamento durante sua ocorrência e aviso à população afetada, com divulgação dos resultados por meio de periódicos científicos e eventos.

Os resultados foram apresentados à entidade parceira, que tem ciência dos impactos em infraestrutura e reputação. Até o momento, o sistema de *software* executa de forma eficiente planos de ação relativamente elaborados em tempo real, embora o aviso a grandes massas populacionais enfrente obstáculos relacionados à integração com operadoras de telecomunicações para acesso a dados em tempo real e a

limitações administrativas no envio de grande volume de mensagens via WhatsApp, tratadas como *spam*, sendo sugerida, como alternativa, a integração com o sistema de *cell broadcast* da Defesa Civil Nacional. A Emae participou com investimento de R\$ 1,7 milhões, sendo a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) a executora do projeto, não havendo contrapartidas financeiras previstas.

RECURSOS APLICADOS EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E CIENTÍFICO (R\$ MILHÕES)

2023	2024	2025
4,4	4,4	4,2

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE

DADOS TÉCNICOS (INSUMOS, CAPACIDADE DE PRODUÇÃO, VENDAS, PERDAS)

	2023	2024	2025
Energia gerada e vendida (GWh)**	1.662,91	1.168,23	882,19
Venda de energia por capacidade instalada (GWh/MVA*nº horas/ano)	-	-	0,92
Subestações (em unidades)	5	5	5
Capacidade instalada (MW)	960,80	960,80	960,80
Linhas de transmissão (em km)	-	-	1,40

Nota: Usinas consideradas: Henry Borden Externa, Henry Borden Subterrânea, PCH Pirapora, Usina de Rasgão e Usina de Porto Góes. Perdas (elétricas, técnicas e não técnicas) não se aplicam. Interrupções por Unidade Consumidora (FEC e DEC) não se aplicam.



Meta de disponibilidade de HB em 2026:

96%



Meta de geração de Pirapora:

12 MW



Meta de geração de Porto Góes:

12 MW

VALOR ECONÔMICO DIRETO GERADO E DISTRIBUÍDO

VALOR ECONÔMICO DIRETO GERADO (R\$ MILHÕES)

	2025
Receitas	493,08
Valor econômico distribuído	
Custos operacionais	338,36
Salários e benefícios de empregados	160,20
Pagamentos a provedores de capital	-
Pagamentos ao governo (por país)	20,45
Investimentos na comunidade	-
Total	519,02
Valor econômico retido	
Valor econômico retido	-



emae